

6 — JORNAL DA TARDE

Quinta-feira, 25-6-87 — O ESTADO DE S. PAULO

A NOVA CLASSE OCIOSA E A EDUCAÇÃO

Ives Gandra da Silva Martins

Nos países em que a nova classe ociosa impera e controla todas as manifestações culturais, econômicas e sociais, determinando a forma e a maneira de ser da classe não-ociosa, a educação é insuficiente e as futuras gerações ficam condenadas a evidente atraso intelectual em relação aos países em que os governados são mais independentes e atuantes.

Se o país ficar entre os que fazem parte do denominado Terceiro Mundo, o drama é ainda maior, posto que a nova classe ociosa prefere gastar os recursos que retira dos governados, reduzindo sua capacidade de crescimento em projetos inúteis e em esquemas ilusórios de favorecimento político, do que no investimento com a juventude.

Tanto mais forte é a classe ociosa quanto mais deficiente o ensino, e quanto mais deficiente for o ensino menor contestação estudantil ou pós-estudantil haverá, até por força das limitações financeiras e da redução do campo de pesquisa que a universidade termina por propiciar.

Nos países em que a classe ociosa domina, os Ministérios de Educação recebem insuficientes verbas, o estudo é tratado como mercadoria — podendo até ser tabelado como papel higiênico ou cigarros —, os professores vivem na miséria e as poucas expressões acadêmicas terminam por se aperfeiçoar no Exterior.

Um país que não cuida da juventude ou do ensino é um país condenado a convulsões futuras, a frustrações, à permanência no atraso tecnológico e à descoberta do obsoleto. Perde competitividade internacional e sacrifica as potencialidades nacionais.

A nova classe ociosa, todavia, preocupa-se com a manutenção do poder e com o criar mecanismos de seu controle e de imposição de cargas excessivas sobre os governados, examina, como preocupação marginal, a problemática dos cursos de 1º e 2º graus, assim como das universidades.

As verbas que lhes são destinadas são as mínimas necessárias para que se possa dizer que há um Ministério de Educação, o qual, todavia, recebe menos do que qualquer empresa estatal média.

E que para a nova classe ociosa as mordomias presentes são mais valiosas que as gerações futuras. O poder atual é melhor que o porvir da Nação. Acresce-se que as inversões nas universidades e no sistema de ensino geram menos dividendos políticos que outras formas de inversões populistas, pois criam a possibilidade de contestação de uma geração que, mais bem preparada, termina por se

opor à exploração do povo pelos integrantes do poder e pelos políticos.

A evidência, em tal estágio são revoltados os professores, que com o tempo se desinteressam dos alunos, quando não abandonam a profissão. E ficam despreparados os estudantes, que se formam, inclusive em nível universitário, exibindo mais diplomas que conhecimentos.

Giscard D'Estaing falava em quatro poderes, que permitiriam uma democracia estável, desde que descontaminados e independentes ("Le Decrocracie Française", Ed. Fayard): o poder político, o poder econômico, o poder sindical e o poder dos meios de comunicação. Se cada um estivesse livre do outro e não ambicionasse preencher o espaço alheio, a democracia existiria no país que hospedasse tão especial separação de poderes.

Edmundo Vasconcellos, todavia, ao examinar a posição giscardiana, que estalamos, sugeriu que um quinto poder fosse acrescentado para que um país, além de ser democrático, fosse evoluído: o poder universitário.

Benedicto Ferri de Barros defende posição semelhante, tendo já idealizado no passado o Instituto de Estudos Superiores, capaz de aglutinar a força universitária de uma nação.

Parece-nos que a separação de poderes idealizada por Giscard D'Estaing se completaria com o fortalecimento do poder universitário, que, em última análise, seria o fortalecimento de todo o sistema educacional, verdadeiro alicerce de uma nação vocacionada para um futuro digno.

O combate à nova classe ociosa passa necessariamente, pela escola e pela universidade, a partir da pressão dos governados para que o Estado invista, fundamentalmente, no futuro e na juventude.

É bom o governo que administre bem a Justiça e ofereça condições para que haja segurança pública, educação, saúde, previdência e assistência social. É mau aquele que, sendo péssimo empresário, deixa de fazer o que sabe fazer para fazer o que não sabe fazer. A nova classe ociosa, portanto, vive dos maus governos e se dilui com os bons. Que as nações, que possuam estruturas integradas pela nova classe ociosa, saibam reverter, pela união da classe não-ociosa, tais mecanismos de domínio, colocando o poder a serviço do povo e nunca dos governantes.

(Ives Gandra da Silva Martins é professor titular de Direito Econômico da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie e conselheiro da OAB — Seccional de São Paulo).